



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

CAIRO PASCOAL TAVARES

**O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA ESCOLA MUNICIPAL
JÚLIO CAVALCANTE NA CIDADE DE FELIPE GUERRA/RN**

MOSSORÓ-RN

2017

CAIRO PASCOAL TAVARES

**O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA ESCOLA MUNICIPAL
JÚLIO CAVALCANTE NA CIDADE DE FELIPE GUERRA/RN**

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Especialista em Atendimento Educacional Especializado.

Orientador (a): Profa. Ma. Silvia Helena de Sá
Leitão Morais Freire

MOSSORÓ-RN

2017

RESUMO

O Atendimento Educacional Especializado na Escola Municipal Júlio Cavalcante na Cidade de Felipe Guerra-RN.

Este estudo é importante, haja vista o crescimento da educação voltada a pessoas com necessidades especiais que impera no mundo moderno proporcionando um processo de inclusão social. Por isso, problematiza-se em como se desenvolve a educação especial no referido município. O objetivo da presente pesquisa foi, então, analisar como é desenvolvido o Atendimento Educacional Especializado de alunos com necessidades especiais na sala de recursos multifuncionais e os avanços que essa prática educativa e inclusiva tem proporcionado a vida dos discentes. A partir da leitura de autores e pesquisadores da área e de documentos legais que regulamentam o Atendimento Educacional no Brasil, pôde-se construir uma discussão acerca da educação especial ministrada no município. A pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, tendo como instrumento de realização desta a aplicação dois questionários realizados um com os professores das salas de aulas regulares e o outro junto à professora do AEE da referida escola, constituindo-se como um estudo de caso. Participaram do estudo os 16 professores da escola, 14 mulheres e 02 homens, 15 professores das salas de aulas regulares e a professora da sala de recursos multifuncionais. A pesquisa demonstrou os benefícios da educação especial como atividade didática na vida acadêmica dos alunos atendidos, a contribuição dos professores da sala de aula regular no atendimento educacional especializado, os recursos didáticos utilizados, a integração dos professores com a professora do AEE, assim como a forma em que é desenvolvido o trabalho da professora do AEE. A partir dos dados coletados realizou-se a análise e a discussão dos resultados. Ao final foram explanadas as conclusões quanto ao desenvolvimento da educação especial no referido município com observações sobre todo trabalho realizado no tocante aos aspectos positivos e negativos com o intuito de contribuir com o desenvolvimento dessa modalidade de ensino.

Palavras-chave: ATENDIMENTO, ENSINO, INCLUSÃO.

ABSTRACT

The Educational Specialized Assistance at Júlio Cavalcante Municipal School in the City of Felipe Guerra-RN.

This study is important once the growth of education for people with special needs prevails in the modern world, providing a process of social inclusion. Therefore, there is an issue on how the special education in the mentioned municipality is developed. The purpose of the present research was to analyze how the Specialized Educational Assistance of students with special needs in the room of multifunctional resources is developed and the advances that this educational and inclusive practice has provided to their lives. By reading the authors and researchers of the area and legal documents that regulate the Educational Assistance in Brazil, a discussion about the special education given in the municipality could be built. The research is characterized as a descriptive research, which has as an instrument of accomplishment, the application of two questionnaires: one to the teachers of the regular classrooms and the other to the teacher of the ESA of that school, as it is a case study. The study included 16 school teachers, 14 women and 02 men, 15 teachers from regular classrooms and the teacher of the multifunctional resource room. The research demonstrated the benefits of special education as a didactic activity in the academic life of the students attended, the contribution of the teachers of the regular classroom in the specialized educational service, the didactic resources used, the integration of the teachers with the ESA teacher, as well as the way the work of the ESA teacher is developed. From the collected data, the analysis and the discussion of the results were carried out. At the end, the conclusions about the development of special education in the mentioned municipality were explained, with observations on all work done, on the positive and negative aspects with the intention of contributing to the development of this modality of education.

Key words: ASSISTANCE, TEACHING, INCLUSION.

1 INTRODUÇÃO

Tratamos neste trabalho de analisar os aspectos que envolvem o Atendimento Educacional Especializado a crianças com necessidades especiais na Escola Municipal Júlio Cavalcante¹ na cidade de Felipe Guerra/RN.

A educação é um bem transmitido ao longo da história, devendo ser repassada a todos indistintamente, pois é através dela que se permite a construção de sociedades mais justas, iguais e desenvolvidas. O Estado tem a obrigação de prestá-la as gerações futuras conforme estabelece a Constituição Federal Brasileira de 1988:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

A educação especial também é garantida na carta magna de 88 em seu artigo 206, inciso III: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988). O direito a educação especial é reforçado pela lei brasileira que disciplina a educação no país, Lei nº 9.394/1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1996)

A temática escolhida justifica-se pela sua relevância para a sociedade, pois o respeito, assim como a desmistificação com o fim da discriminação social a que pessoas com necessidades especiais são submetidas só serão conseguidas com educação, conscientização e inserção das mesmas na vida cotidiana, que se constitui em um direito. A não aceitação de alunos com necessidades especiais ainda é uma realidade nas escolas brasileiras e a mudança deste quadro só é possível com políticas efetivas de inclusão como a instituição da educação especial nas escolas, mesmo que ainda não tenham atingido níveis satisfatórios.

¹ A direção da Unidade Escolar onde foi realizada esta pesquisa autorizou a divulgação do seu nome.

O cumprimento da legislação referente à educação especial representa a promessa de que no futuro esta será ampliada e introduzida em todas as escolas brasileiras, possibilitando o respeito à igualdade de aprender e uma verdadeira inclusão educacional.

O Brasil ainda é um país em que todos aqueles que apresentam algum tipo de deficiência ainda sofrem grandes preconceitos. Diante deste quadro, o presente artigo trás como problemática como é o Atendimento Educacional Especializado na escola municipal Julio Cavalcante na cidade de Felipe Guerra/RN?

Portanto a pesquisa tem como objetivo analisar o Atendimento Educacional Especializado ministrado na escola como a atividade docente do professor do AEE, a integração entre os professores das salas de aulas regulares e o do AEE, os benefícios que a educação especial proporciona na vida das crianças atendidas, os recursos didáticos utilizados e a forma como é ministrado o atendimento na sala de recursos multifuncionais.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Fundamentação Teórica

A inclusão social, principalmente de alguém com necessidades especiais, ganhou importante proteção legal com a instituição de leis como a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146 de 2015:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

A inclusão escolar é um objetivo que tem avançado nos últimos anos no Brasil, já que a educação da pessoa com deficiência foi renegada a segundo plano por muito tempo. No entanto, com uma política de inclusão escolar, a educação especial ganhou terreno nas últimas décadas. A educação inclusiva deve ser um processo de integração do aluno em sua plenitude:

Na escola inclusiva os estudantes são ouvidos, suas ideias são compartilhadas, sua participação é incentivada e valorizada. O reconhecimento das singularidades e a compreensão que todos estão num processo contínuo de transformação, que não está previamente determinado, permitem que os espaços educacionais sejam mais abertos, dinâmicos e potencializadores de aprendizagem. (BEDAQUE, 2015, p. 13).

O estado brasileiro tem o dever de proporcionar a inclusão social e cultural de todos em sua política educacional e para que seja efetivado esse direito, foi criada uma lei específica com esse fim que permite a inclusão daqueles com algum tipo de necessidade espacial, a lei nº 7.611/2011 que dispõe em seu artigo 1º:

Art. 1º O dever do Estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial será efetivado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades;

II - aprendizado ao longo de toda a vida;

III - não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência;

IV - garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais;

V - oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;

VI - adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena;

VII - oferta de educação especial preferencialmente na rede regular de ensino; e

VIII - apoio técnico e financeiro pelo Poder Público às instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial. (BRASIL, 2011)

A educação especial é segundo as diretrizes operacionais da educação especial para o atendimento educacional especializado na educação básica do MEC:

Uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. (BRASIL, 2008, p. 1)

O ensino a crianças especiais é disciplinado principalmente pela resolução nº 4 de 2 de outubro de 2009 do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação que estabelece:

Art. 1º Para a implementação do Decreto nº 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. (BRASIL, 2009, p. 1).

E estabelece também as funções do Atendimento Educacional Especializado - AEE: “Art. 2º O AEE tem como função Complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem”. (BRASIL, 2009, p. 1). Como se vê, grandes avanços foram alcançados no tocante a educação especial apesar de haver um longo caminho a ser percorrido ainda para que a educação inclusiva seja efetivamente estabelecida em todo o país.

O AEE é de suma importância no processo de inclusão educacional já que institui que crianças com necessidades especiais devem frequentar a sala de aula regular com a suplementação do AEE. A educação inclusiva é uma construção coletiva, pois só o trabalho conjunto dos entes envolvidos no processo educacional é possível para construí-la:

Construir uma Educação Inclusiva não é uma ação unilateral, que depende do esforço de apenas um grupo, a ação inclusiva que provoca mudanças substanciais é um processo construído por muitas pessoas e neste sentido, a colaboração é um conceito fundamental e sua prática pode fazer mudanças significativas no sistema educacional. (BEDAQUE, 2015, p. 31)

O Atendimento Educacional Especializado é uma política de inclusão efetiva e a ação do professor do AEE deve ser uma ação idealizada, planejada e executada através de um plano de atendimento que deve contemplar um engajamento de todos do processo de aprendizagem como professores, gestores, pais e funcionários:

Dentre as ações do professor do atendimento educacional especializado, que deve ser articulada com os demais profissionais e até mesmo com familiares, deve ser desenvolvido um estudo de caso dos estudantes atendidos para melhor identificar suas necessidades e assim elaborar um Plano de Atendimento Educacional Especializado para realização de ações que possibilitem o avanço na aprendizagem dos estudantes. (BEDAQUE, 2015, p. 45)

Deve haver então um trabalho colaborativo entre professor do ensino regular e o do AEE como também entre todos os entes envolvidos no processo educacional para pôr em prática o plano educacional conforme previsto no artigo 9º da resolução de nº 4 de 2009 do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação.

O Atendimento Educacional Especializado ocorre na sala de recursos multifuncionais da escola ou em outra escola de ensino regular que promova este serviço em turno diferente ao qual o estudante frequenta. Centros de Atendimento Educacional Especializado da rede

pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, também são locais em que pode ocorrer o Atendimento Educacional Especializado (BRASIL, 2009).

O trabalho do professor do AEE é um trabalho que vai além da mera aula de reforço como muitos pensam, pois proporciona ao aluno assistido superar adversidades que o impedem de viver plenamente, oportunizando integração da criança em sua vida cotidiana:

Portanto, o AEE visa transpor barreiras, proporcionando o desenvolvimento daquilo que impõe limitações, saindo do “não saber” para o “saber”, do “incapaz” para o “capaz”, tornando possível a inclusão de fato e de direito de todos, mediante mudanças metodológicas e organizacionais no sistema educacional. (XAVIER e BRAGA JUNIOR, 2013, p. 36)

A educação especial ganhou um forte aliado com o desenvolvimento de ferramentas que auxiliam e facilitam a vida daquelas pessoas que são acometidas de alguma necessidade especial, trata-se da tecnologia assistiva que produz, confecciona e fabrica dispositivos que servem de apoio para a vida diária de pessoas deficientes:

No sentido mais amplo, a Tecnologia Assistiva é relacionada a dispositivos adaptáveis para pessoas com deficiência com o objetivo de promover maior independência para executar tarefas que antes eram incapazes de realizar, ou tiveram grande dificuldade em realizar. Entende-se ainda que ela é qualquer item, peça de equipamento, software ou sistema de produto que é utilizada para aumentar, manter ou melhorar as capacidades funcionais de pessoas com deficiência. (GONÇALVES e FURTADO, 2015, p. 47)

Como se vê a educação especial ganhou relevo com o tempo, no entanto ainda há um longo caminho a ser percorrido até que proporcione uma inclusão social e educacional realmente significativa em termos numéricos para a sociedade brasileira, haja vista todas as dificuldades que enfrenta para o seu desenvolvimento enquanto prática educacional.

2.4 Metodologia

Este trabalho foi realizado no município de Felipe Guerra - RN, na Escola Municipal Júlio Cavalcante, localizada à Rua João Batista Gurgel, nº 163, Bairro Centro, CEP: 59700-000. Suas atividades educacionais tiveram início no ano de 1999, oferecendo ensino fundamental regular de 1º ao 5º ano e na modalidade de educação de jovens e adultos - EJA de 1º e 2º períodos. Funciona nos turnos matutino com (08) oito turmas, todas do Ensino Fundamental Regular e vespertino com (04) turmas, sendo (03) três do Ensino Fundamental

Regular e (01) uma da EJA. Atende no momento aproximadamente 300 alunos. Conta com um total de 41 servidores, sendo 16 professores e 25 funcionários distribuídos nas funções administrativas, técnicas e de serviços gerais.

A estrutura física da escola é composta de 08 salas de aulas, 01 sala de recursos multifuncionais, para atendimento educacional especializado com mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e equipamentos específicos, 01 sala de informática, 01 biblioteca, 01 sala de professores, 01 secretaria, 01 diretoria, 01 cozinha, 01 refeitório, 01 despensa, 01 depósito, 02 banheiros para professores, um masculino e um feminino, 02 sanitários, 01 masculino e 01 feminino para os alunos, 01 sanitário adaptado para alunos com deficiência ou mobilidade reduzida. Quanto à acessibilidade, já existe um banheiro adaptado para os alunos, as vias de acesso possuem rampa nos pontos necessários e piso tátil.

Os sujeitos participantes da pesquisa foram os professores das salas de aulas regulares e a professora da sala de recursos multifuncionais da escola, totalizando 16 professores, 14 do sexo feminino e 02 do sexo masculino. 14 com graduação em pedagogia, 01 graduado em geografia e 01 graduado em filosofia. 14 dos professores possuem o título de especialista, sendo 04 em psicopedagogia, 04 em psicologia escolar e da aprendizagem, 02 em arte e educação na infância, 01 em gestão educacional institucional, 01 em gestão educacional, 01 em prática de ensino na educação infantil e fundamental e um 01 em supervisão escolar.

O trabalho teórico foi desenvolvido por pesquisa em leis e decretos que regularizam o AEE no Brasil, descrevendo suas finalidades, características, funções e métodos para o seu exercício, assim como foi utilizado autores que estudam a temática como Bedaque (2015), Gonçalves e Furtado (2015), Xavier e Braga Junior (2013), Arnal (2007) e Torres, Medeiros e Moraes (2014) que possuem leituras significativas sobre o assunto.

Este estudo foi realizado a partir de uma pesquisa descritiva que contou com uma amostra de 15 professores das salas de aulas regulares e 01 professora da sala de recursos multifuncionais. A pesquisa foi realizada através de 02 dois questionários, um composto de (08) oito perguntas, respondido pelos professores das salas de aulas regulares e outro respondido pela professora do AEE com (10) dez perguntas e em seguida foi realizada uma análise das repostas. Ambos são compostos de indagações sobre a metodologia aplicada no AEE, à influência e os benefícios deste trabalho docente na vida das crianças atendidas, a articulação dos professores das salas de aulas regulares e o professor do AEE. Os dados foram avaliados e analisados e a partir daí feita à discussão dos resultados para desenvolver a pesquisa em sua plenitude.

2.5 Resultados e Discussões

As respostas aos questionários aplicados possibilitaram o levantamento de dados para a realização da pesquisa. Foram confrontadas as respostas dos professores das salas de aulas regulares com as respostas da professora do AEE o que permitiu entender como é desenvolvido o Atendimento Educacional Especializado na escola.

Quando os professores das salas de aulas regulares foram indagados se tinham conhecimento do que seja o Atendimento Educacional Especializado, todos os 15 responderam que sim. Assim como se conheciam a sala de recursos multifuncionais da escola, também os 15 responderam positivamente. Esta indagação se deu devido ao fato de que em muitos casos o trabalho do AEE se dá de forma tão isolada que os outros profissionais da escola nem se quer conhecem o trabalho na sala de recursos multifuncionais.

No tocante a percepção da participação da família no AEE 04 responderam que a família participa ativamente e 11 responderam que os familiares participam pouco. O que percebemos é que a participação da família ainda é muito tímida, contribuindo pouco com o trabalho desenvolvido no AEE, pois a maioria considera a participação familiar ainda incipiente. Para um desenvolvimento satisfatório a família tem papel importantíssimo na vida escolar do aluno, pois é imprescindível família e escola trabalharem em conjunto para desenvolver os aspectos cognitivo, afetivo e social do aluno (TORRES, MORAIS, MEDEIROS, 2014).

Quando questionados sobre terem alunos especiais em suas salas, 04 responderam que tem na sala de aula alunos com necessidades especiais e os 11 restantes confirmaram que não possuem em suas salas atuais alunos com algum tipo de necessidade especial.

No tocante a articulação entre os professores das salas de aulas regulares e o professor do AEE com o desenvolvimento de um planejamento conjunto para atender as necessidades dos alunos, um total de 13 professores responderam que existe sim um trabalho articulado, enquanto 02 disseram que não existe essa articulação, o que nos leva a indagar o porquê esses dois professores responderam negativamente, já que trabalham no mesmo ambiente escolar? Segundo Bedaque (2015) para o Atendimento Educacional Especializado poder contribuir com o melhor desempenho dos estudantes atendidos é importante que o professor do AEE, os professores das salas de aulas regulares e todos os envolvidos com a educação dos referidos alunos na escola, atuem de maneira integrada.

Questionados sobre a contribuição do AEE para a melhoria do rendimento escolar das crianças atendidas, todos os 15 professores responderam que as crianças apresentaram

melhorias no desempenho escolar. Indagados sobre quais eram essas melhorias, 06 apontaram melhoria no vocabulário e na linguagem, 05 melhoria no comportamento em sala de aula, 03 melhoria nas disciplinas de exatas, 10 melhoria na capacidade motora e afetiva e 08 melhoria na sociabilidade. Como se pode perceber as melhorias ou benefícios apontados são bastante significativos e o AEE tem sido um recurso satisfatório no tocante ao processo de inclusão educacional dos alunos atendidos.

No tocante a professora do Atendimento Educacional Especializado, esta é graduada em pedagogia, com especialização em gestão educacional, portanto não possui formação voltada para a educação especial. No entanto, é necessário para atuar no AEE, não somente formação inicial para a docência, mas também formação específica para a Educação Especial (BRASIL, 2009). A professora relata que antes desta experiência atual com o Atendimento Educacional Especializado, sua vivência escolar era apenas na docência na sala de aula regular.

Foi indagada sobre como ministra o seu Atendimento Educacional Especializado. Esta respondeu que isto ocorre a partir de um Plano de Atendimento Educacional elaborado em conjunto com a equipe pedagógica da escola.

Em seguida foi perguntada sobre a participação da família no AEE e a resposta foi que as famílias participam pouco do trabalho no AEE, o que corresponde à resposta da maioria dos professores das salas de aulas regulares. Quando questionada sobre em que período os alunos frequentam a sala de recursos multifuncionais, esta respondeu que o atendimento ocorre às vezes no mesmo período da aula na sala de aula regular e às vezes no período oposto ao da aula. Segundo o artigo 5º da resolução nº 4 de 2009 do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação, o Atendimento Educacional Especializado deve ocorrer no turno inverso da sala de aula regular. Em relação a que atividade do AEE a professora gasta maior parte do tempo, esta respondeu que se dá com o atendimento ao aluno em detrimento de outras atividades sugeridas como alternativas.

A professora atende atualmente seis (06) alunos na sala de recursos multifuncionais, sendo que cinco (05) foram diagnosticados com Deficiência Intelectual e um (01) com Transtorno Global do Desenvolvimento. Estes alunos foram direcionados, segundo a professora do AEE, pelos professores das salas de aulas regulares.

No tocante a contribuição ou benefícios que o trabalho no AEE tem proporcionado aos alunos frequentadores, a professora relata haver melhoria em todos os aspectos como no vocabulário e na linguagem, no comportamento em sala, nas disciplinas de exatas, na

capacidade motora e afetiva e também na sociabilidade, portanto tem sido significativamente positivo na vida das crianças o auxílio da educação especial.

Indagada sobre a presença da tecnologia assistiva no seu trabalho, esta relatou que faz uso sim da tecnologia assistiva e que o recurso utilizado é o computador, ajudando a desenvolver a coordenação motora, a capacidade intelectual e cognitiva e a socialização. As ajudas técnicas e as tecnologias assistivas, foram inseridas no contexto da educação brasileira para desenvolver a educação inclusiva, direcionando-se à promoção da inclusão de todos os alunos nas escolas, então o ambiente escolar deve estruturar-se para que ofereça também as ajudas técnicas e os serviços de tecnologia assistiva (BRASIL, 2006).

Verificamos a partir dos resultados obtidos que o AEE na escola municipal Júlio Cavalcante tem se desenvolvido com algumas dificuldades como a falta de recursos, pois a sala de recursos multifuncionais dispõe de um (01) computador, jogos da memória e de números, alfabeto móvel, família silábica, material dourado, alguns quebra-cabeças e instrumentos musicais, portanto, como se vê, os recursos ainda são incipientes, e também uma melhor capacitação dos profissionais envolvidos com esta prática educacional já que os professores das salas de aulas regulares e a professora do AEE não possuem formação específica para atender crianças com necessidades especiais.

A não participação familiar, o atendimento dos alunos no horário das aulas regulares e a falta de um Plano de Atendimento Educacional Especializado conforme estabelece as normas e os pesquisadores da temática indicam ser o necessário, são outros fatores negativos detectados.

Conforme Bedaque (2015) é necessário um estudo de caso dos estudantes atendidos para que sejam identificadas as suas necessidades e em seguida seja elaborado um Plano de Atendimento Educacional Especializado para a partir daí desenvolver as ações necessárias a aprendizagem dos alunos. O que existe de fato é um plano anual para a sala de recursos multifuncionais com objetivos e algumas atividades e conteúdos bastante genéricos que englobam todas as deficiências sem distingui-las. Para Arnal (2007, p. 51) “O trabalho desenvolvido na sala de recursos deve partir dos interesses, necessidades e dificuldades de aprendizagem específicas de cada aluno, oferecendo subsídios pedagógicos e contribuindo para a aprendizagem dos conteúdos da classe comum”.

Mesmo com estes problemas podemos constatar que há um esforço conjunto da direção da escola, dos professores das salas de aulas regulares e da professora do AEE em melhorar e atender sua demanda, pois todos têm consciência da importância da inclusão social

e do desenvolvimento humano e educacional que a educação especial proporciona a aqueles contemplados com o seu ensino.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste trabalho podemos analisar e discutir a prática docente que envolve o Atendimento Educacional Especializado na escola municipal Júlio Cavalcante, atividade essa de suma importância para o aprendizado e a inclusão social, educacional e humana das crianças atendidas no AEE.

Foi realizada uma análise do trabalho docente da professora do AEE, assim como todos os aspectos que envolvem essa prática educacional na escola, como a integração entre os professores das salas de aulas regulares e a professora/orientadora do AEE, as contribuições ou melhorias educacionais que tem proporcionado as crianças que frequentam a sala de recursos multifuncionais. Diante da importância da inclusão educacional das pessoas portadoras de necessidades especiais a pesquisa analisou a forma como é ministrado o Atendimento Educacional Especializado na escola em que foi realizada a pesquisa para demonstrar que este trabalho tem sido eficaz no tocante a aprendizagem e inclusão das crianças atendidas.

O Atendimento Educacional Especializado é uma ação educadora completamente benéfica para o desenvolvimento e importante fator de inclusão social de pessoas com necessidades especiais. É uma ferramenta que proporciona além da aquisição de conteúdos formais das salas de aulas regulares, de forma diferenciada, também o aprendizado de novos conhecimentos e possibilidades adequadas às especificidades e particularidades psíquicas, cognitivas, motoras, intelectuais, físicas, orgânicas e sociais das crianças atendidas.

Diante de todos os dados e discussões apresentados neste trabalho acreditamos que a educação especial, mesmo com todo o preconceito que ainda existe no tocante as pessoas com necessidades especiais, contribui significativamente para a melhoria da qualidade de vida dos seus atendidos. E necessário que outras pesquisas nesta temática sejam realizadas, como no âmbito do acompanhamento de alunos para analisar o real desenvolvimento in loco e a participação familiar no processo educacional.

REFERÊNCIAS

ARNAL, Leila de Souza Peres. **Educação Escolar inclusiva: A prática pedagógica nas salas de recursos**. Maringá, 2007.

BEDAQUE, Selma Andrade de Paula. **Atendimento educacional especializado**. Mossoró, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. **RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf> Acesso em: 28/042017.

_____. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192> Acesso em: 28/042017.

_____. Ministério da Educação, **Sala de Recursos Multifuncionais: Espaço para Atendimento Educacional Especializado**. Brasília, 2006 Disponível em: <http://www.oneesp.ufscar.br/orientacoes_srm_2006.pdf> Acesso em: 28/042017.

_____. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 28/04/2017.

_____. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento especializado e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm> Acesso em: 28/04/2017.

_____. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 28/04/2017.

_____. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> Acesso em: 28/04/2017.

GONÇALVES, Maria de Jesus e FURTADO, Ulisses de Melo. **Educação a Distância e Tecnologia Assistiva**. Mossoró, 2015.

XAVIER, Márcia de Jesus e BRAGA JUNIOR, Francisco Varder. **Prática de ensino VI: educação especial e inclusão**. Mossoró: EdUFERSA, 2013.

TORRES, Cassiana Cordeiro de, MORAIS, Daniela Priscila Ângelo de e MEDEIROS, Kátia Valença. **A importância do atendimento educacional especializado em escolas regulares do ensino fundamental para o melhor aproveitamento cognitivo dos alunos com deficiência**. Congresso Nacional de Educação - CONEDU. Campina Grande: Editora Realize, 2014.

APÊNDICE**Questionário – Professor da sala de aula regular**

Escola: _____ **Município:** _____

Nome do professor da sala de aula regular: _____

Data da entrevista: ____/____/____

1 - Você tem conhecimento do que seja o Atendimento Educacional Especializado - AEE?

() Sim

() Não

2 - Quanto a sua percepção da participação da família no AEE:

() Não vejo participação

() Participa ativamente

() Participa pouco

3 - Sua escola tem uma sala de recursos multifuncionais?

() Sim

() Não

() Desconheço essa informação

4 - Você conhece a sala de recursos multifuncionais que atende a sua escola?

() Sim

() Não

5 - Você tem alguns alunos que frequentam esta sala?

() Sim

() Não

() Desconheço essa informação

6 - Existe articulação com o professor do AEE para que ambos possam atender adequadamente as necessidades do aluno que tem em comum?

() Existe

() Não existe

7 - O AEE contribuiu para a melhoria do desempenho escolar de seu aluno que frequenta esse serviço?

() Sim

() Não

8 - Se contribuiu, em que houve essa contribuição, quais os benefícios alcançados?

() melhoria no vocabulário e na linguagem

() melhoria no comportamento em sala

() melhoria nas disciplinas de exatas

() melhoria na capacidade motora e afetiva

() melhoria na sociabilidade

Questionário - Professor/Orientador do AEE**Escola:** _____ **Município:** _____**Nome do professor do AEE:** _____**Data da entrevista:** ____/____/____

1 - Como você ministra o seu Atendimento Educacional Especializado?

☐ A partir de um Plano de Atendimento Educacional elaborado em conjunto com a equipe pedagógica☐ A partir de um Plano de Atendimento Educacional elaborado por você☐ Elabora atividades independentes

2 - Qual a participação da família no AEE?

☐ Não há participação☐ Participa pouco☐ Participa ativamente

3 - Em que período os alunos frequentam a sala de recursos multifuncionais?

☐ Sempre no período oposto ao da escola.☐ Sempre no mesmo período em que frequentam a escola.☐ As vezes no mesmo período da sala de aula, as vezes no período oposto

4 - Que atividade do AEE você gasta a maior parte do tempo:

☐ No atendimento ao aluno.☐ Na produção de materiais.☐ Articulação com o professor da sala de aula regular☐ Planejamento do AEE.☐ Atendimento as famílias.

5 - Quais os perfis dos alunos atendidos por você na sala de recursos multifuncionais?

☐ Aluno com deficiência intelectual. Quantos? _____☐ Aluno com baixa visão. Quantos? _____☐ Aluno cego. Quantos? _____☐ Aluno com deficiência auditiva. Quantos? _____☐ Aluno com surdez. Quantos? _____☐ Aluno com surdo cegueira. Quantos? _____☐ Aluno com deficiência física. Quantos? _____☐ Aluno com deficiência múltipla. Quantos? _____☐ Aluno com transtorno global do desenvolvimento. Quantos? _____

6 - Quem direciona o aluno à sala de recursos multifuncionais?

☐ Professor da sala de aula regular☐ Diretor da escola☐ Coordenador Pedagógico da escola☐ Outros.

Quem: _____

7 - Antes do trabalho com atendimento educacional especializado, que experiência profissional você teve?

☐ Na sala de aula regular

- ☐ Na educação de jovens e adultos
- ☐ No ensino itinerante.
- ☐ Não tive experiências anteriores

8 - Qual a sua formação?

- ☐ Graduação em Educação Especial
- ☐ Graduação em Pedagogia
- ☐ Graduação em Pedagogia com habilitação em Educação Especial
- ☐ Outra graduação.

Qual: _____

9 - Que contribuição ou benefícios você identifica que foram alcançados pelos alunos atendidos no AEE?

- ☐ melhoria no vocabulário e na linguagem
- ☐ melhoria no comportamento em sala
- ☐ melhoria nas disciplinas de exatas
- ☐ melhoria na capacidade motora e afetiva
- ☐ melhoria na sociabilidade

10 - Você usa recursos da Tecnologia Assistiva?

- ☐ Não
- ☐ Desconheço a tecnologia assistiva
- ☐ Sim

Quais: _____